

PETIÇÃO (MOD) CIVIL E PROC CIVIL

IMISSÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS

Recurso

re -

AÇÃO MONITÓRIA — CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ... CÍVEL DA COMARCA DE ... S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº...com sede na Rua...nº...vem pela presente, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seu advogado, no final assinado, nomeado e qualificado no incluso instrumento de mandato, com escritório na Avenida..., nº.....andar, em...onde recebe intimações, "ut" instrumento de procuração incluso, com fulcro no artigo 1.102 a do Código de Processo Civil e demais disposições aplicáveis à espécie, propor a presente AÇÃO MONITÓRIA introduzida pela Lei nº 9.079/95, em face de ..., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº.../..., com sede na Avenida ..., nº....., inscrito no CPF/MF sob nº..., residente e domiciliado na Rua..., nº..., casa,.....-... e ..., inscrito no CPF/MF sob nº..., residente e domiciliado na Rua..., nº..., Apartamento..... 1. O autor firmou com a primeira requerida uma cédula de Crédito Bancário sob nº..., no dia ...no valor de ...reais), onde compareceram os demais requeridos na condição de devedores solidários. 2. Ajustaram as partes que o valor poderia ser utilizado mediante o pagamento de encargos previamente ajustados, cujos valores seriam restituídos na forma efetivamente contratada. 3. Ocorre que referida conta corrente sofreu inúmeras retiradas e débitos que foram acolhidos pelo autor, sem a existência de fundos suficientes, gerando saldo descoberto no montante de R\$...(reais e ... centavos), na data base de ..., sem que, até o momento, os réus efetuassem o pagamento do valor adiantado e seus encargos, conforme comprovam os extratos da conta corrente anexos. 4. Isto posto, nos moldes do artigo 1102c do CPC, re-querer a citação dos réus para que, expedindo-se o competente mandado, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuem o pagamento da importância de R\$...(reais...centavos), acrescida da correção monetária e juros mora de 12% a.a. - uma e outro contados a partir da data base de 07.05.2003, até a data do efetivo pagamento e multa de 10% prevista não aluído instrumento contratual, ficando assim isentos de custas honorários advocatícios ou, querendo, ofereça embargos; se não foram opostos ou rejeitados, constituir-se-à o título executivo judicial, prosseguindo-se, a presente ação, na forma prevista no Livro II, Título III, Capítulo IV do CPC, acrescendo-se as custas / despesas processuais e honorários advocatícios, penhorando-se tantos bens quantos bastem à garantia de execução. 5. O autor Requer a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente o depoimento pessoal dos Réus e as prerrogativas do art. 172 e parágrafos do CPC., para as diligências do Sr. Oficial de Justiça. Dando à causa o valor de R\$...(mil,...e...reais e ...centavos). Termos em que, P.deferimento. ..., .../.../... Advogado